

ROBERT K. WITTMAN & DAVID KINNEY

O DIÁRIO DO DIABO

ALFRED ROSENBERG E OS SEGREDOS
ROUBADOS DO TERCEIRO REICH

Tradução de
CRISTINA CAVALCANTI

1ª edição


E D I T O R A R E C O R D
RIO DE JANEIRO • SÃO PAULO

2017

Prólogo: A abóbada

O palácio na montanha se erguia em um trecho tão graciosamente ondulado no campo bávaro que era conhecido como Gottesgarten — o Jardim de Deus.

Mais abaixo, dentre aldeias e granjas à margem do sinuoso rio, o Schloss Banz chamava a atenção. Seus amplos muros em pedra irradiavam um dourado luminoso à luz do sol, e no topo da igreja barroca um par de delicadas agulhas de cobre apontavam para o alto. O lugar tinha uma história milenar: fora um ponto de comércio, um castelo fortificado para resistência contra exércitos, além de monastério beneditino. Havia sido saqueado e destruído em uma guerra e extravagantemente reconstruído para a família real Wittelsbach. Reis e duques se hospedaram ali. Certa vez, o kaiser Guilherme II, último imperador da Alemanha, honrou suas paredes opulentas. Agora, na primavera de 1945, o colosso era o posto avançado de uma força-tarefa notória, que passara o período da guerra saqueando a Europa ocupada em nome da glória do Terceiro Reich.

À medida que a derrota se aproximava, após seis castigantes anos de guerra, por toda a Alemanha os nazistas queimavam arquivos confidenciais para que não fossem confiscados e usados contra eles. Os burocratas que não conseguiam destruir seus documentos os ocultavam em florestas,

minas, castelos e palácios como esse. Por todo o país, imensas bibliotecas de segredos aguardavam que os Aliados as resgatassem: minuciosos documentos internos esclareciam a tortuosa burocracia alemã, a impiedosa estratégia do exército e o obsessivo plano nazista de livrar a Europa de uma vez por todas de “elementos indesejáveis”.

Na segunda semana de abril, o Terceiro Exército americano do general George S. Patton e o Sétimo Exército do general Alexander Patch tomaram a região. Depois de cruzar o Reno, semanas antes, eles haviam atacado os extremos ocidentais do país combalido,¹ detendo-se apenas diante de pontes destruídas, barreiras improvisadas e bolsões de resistência obstinada. Cruzaram cidades arrasadas pelas bombas aliadas. Passaram por aldeões de olhos fundos e casas que exibiam não a suástica nazista, mas sim lençóis e fronhas brancos. O exército alemão tinha se desintegrado. Hitler estaria morto em menos de quatro semanas.

Pouco depois de chegarem à região, os americanos se depararam com um aristocrata extravagante que usava monóculos e botas de cano alto polidas. Kurt von Behr passara a guerra em Paris² pilhando coleções de arte particulares e saqueando mobílias domésticas de dezenas de milhares de propriedades judaicas na França, Bélgica e Holanda. Às vésperas da libertação da capital francesa, ele e a esposa fugiram para Banz com carregamentos de tesouros roubados em um comboio de onze carros e quatro caminhões de mudança.

Agora, von Behr queria propor um trato.

Ele se dirigiu a Lichtenfels, uma cidade vizinha, e procurou um militar americano chamado Samuel Haber. Parece que von Behr tinha se acostumado a viver como um rei sob os tetos detalhadamente pintados do palácio.³ Se Haber o autorizasse a permanecer lá, ele lhe daria acesso a diversos documentos nazistas secretos de grande importância.

O americano ficou curioso. Com a escassez de inteligência operacional e os julgamentos de guerra no horizonte, as Forças Aliadas tinham ordens de procurar e preservar quaisquer documentos alemães que encontrassem. O exército de Patton contava com a unidade de inteligência militar G-2 para essa tarefa.⁴ Só em abril, as equipes haviam confiscado 30 toneladas de documentos.

Seguindo a indicação de von Behr, os americanos chegaram ao topo da montanha e cruzaram os portões do palácio. O nazista os guiou por cinco pisos subterrâneos onde, selado detrás de uma falsa parede de concreto, havia um veio importante de arquivos nazistas. Os documentos preenchiam uma abóbada enorme. O que já não cabia ali estava espalhado em pilhas pelo cômodo.

Depois de entregar seu segredo, von Behr — aparentemente percebendo que sua manobra inicial não o salvaria da devastação causada pela humilhante derrocada alemã — preparou-se para deixar a cena com estilo. Envergou um de seus uniformes extravagantes e fechou-se com a mulher no quarto deles na propriedade. Ergueram taças de champanhe francês envenenadas com cianeto e brindaram ao fim de tudo. “O episódio”, escreveu um correspondente americano, “continha todos os elementos do melodrama de que os líderes nazistas pareciam gostar.”

Os soldados encontraram von Behr e a esposa caídos no ambiente luxuoso. Ao examinarem os corpos, viram a garrafa pela metade sobre a mesa.

O casal havia escolhido uma safra antiga, rica em simbolismo:⁵ 1918, o ano em que sua amada terra natal fora derrotada ao fim de outra guerra mundial.

Os documentos na abóbada pertenciam a Alfred Rosenberg, o principal ideólogo de Hitler e membro fundador do Partido Nazista. Rosenberg testemunhara os primórdios do partido, em 1919, quando nacionalistas alemães enraivecidos enxergaram um líder em Adolf Hitler, o veterano bombástico e errante da Primeira Guerra Mundial. Em novembro de 1923, Rosenberg adentrou a cervejaria de Munique logo atrás de seu herói na noite em que Hitler tentou derrubar o governo bávaro. Uma década depois, Rosenberg estava lá quando o partido subiu ao poder e se dedicou a esmagar seus inimigos. Estava na arena, lutando, quando os nazistas remodelaram a Alemanha à sua imagem. Esteve até o fim, quando a guerra passou por uma reviravolta e o sonho se desmanchou.

Na primavera de 1945, ao examinarem o enorme esconderijo de documentos — com 250 volumes de correspondência oficial e pessoal —, os investigadores descobriram algo extraordinário: o diário pessoal de Rosenberg.

O relato manuscrito se estendia por quinhentas páginas, às vezes em uma caderneta, outras em folhas soltas. Ele teve início em 1934, um ano após Hitler subir ao poder, e se interrompeu uma década depois, meses antes do final da guerra. Dentre os homens mais importantes nos altos escalões do Terceiro Reich, só Rosenberg, o ministro de Propaganda Joseph Goebbels e Hans Frank, o brutal governador-geral da Polônia ocupada, deixaram diários semelhantes.⁶ Os demais, inclusive Hitler, levaram seus segredos para o túmulo. O diário de Rosenberg prometia esclarecer o funcionamento do Terceiro Reich a partir da perspectiva de um homem que operou no píncaro do Partido Nazista por 25 anos.

Fora da Alemanha, Rosenberg nunca foi tão notório quanto Goebbels ou Heinrich Himmler, o cérebro por trás das forças de segurança, ou ainda Hermann Göring, o líder econômico e comandante da força aérea. Rosenberg precisou enfrentar os gigantes da burocracia nazista pelo tipo de poder que acreditava merecer. Mas contou com o apoio do Führer do início ao fim. Ele e Hitler concordavam nas questões mais fundamentais, e Rosenberg lhe fora infalivelmente leal. Hitler o nomeou para uma série de posições de liderança no partido e no governo, alçou seu perfil público e garantiu-lhe uma ampla influência. Seus rivais em Berlim o odiavam, mas as bases do partido o viam como uma das figuras mais importantes da Alemanha: ele era o grande pensador em quem o próprio Führer prestava atenção.

Rosenberg imprimiu as suas digitais em diversos dos mais infames crimes alemães.

Ele orquestrou o roubo de obras de arte, arquivos e bibliotecas de Paris a Cracóvia e Kiev — o botim que os Homens dos Monumentos aliados procuraram em castelos alemães e minas de sal.

Em 1920, plantou na mente de Hitler a ideia insidiosa de que havia uma conspiração judaica mundial por trás da revolução comunista na União Soviética, e a repetiu diversas vezes. Rosenberg foi o principal defensor de uma teoria que Hitler empregou para justificar a guerra devastadora da Alemanha contra os soviéticos, duas décadas depois. Quando os nazistas se preparavam para invadir a URSS, Rosenberg prometeu que a guerra seria uma “limpeza biológica mundial revolucionária” que, por fim, extermi-

naria “todos aqueles germes racialmente contaminantes da judaria e seus bastardos”.⁷ Nos primeiros anos da guerra no Leste, quando os exércitos alemães encurralaram os soviéticos em Moscou, Rosenberg dirigiu uma jurisdição de ocupação que aterrorizou o Báltico, a Bielorrússia e a Ucrânia, e a colaboração entre seus ministérios e os cruzados genocidas de Himmler que massacraram judeus em toda a região.⁸

Por último, Rosenberg lançou as bases do Holocausto. Começou a publicar suas ideias tóxicas sobre os judeus em 1919 e, como editor do jornal do partido e autor de artigos, panfletos e livros, disseminou as mensagens de ódio do movimento nazista. Mais tarde, foi delegado do Führer para assuntos ideológicos e aclamado em cidades e povoados de toda a Alemanha por multidões receptivas que agitavam bandeirinhas. Sua principal obra teórica, *O mito do século XX*, vendeu mais de 1 milhão de exemplares e foi considerada, junto com *Mein Kampf*, de Hitler, obra fundamental da ideologia nazista. Com uma escrita enrolada, Rosenberg tomou emprestadas de outros pseudointelectuais ideias antiquadas sobre raça e história mundial, fundindo-as em um sistema idiossincrático de crenças políticas. Os líderes locais e distritais do partido lhe contaram que faziam milhares de discursos com suas palavras na ponta da língua. “Aqui”, alardeou no diário, “eles encontraram diretrizes e material para a luta”.⁹ Rudolf Höss,¹⁰ comandante do campo de concentração em Auschwitz, onde mais de 1 milhão de pessoas foram exterminadas, relatou que as palavras de três homens em especial o prepararam para seguir em frente com sua missão: Hitler, Goebbels e Rosenberg.

No Terceiro Reich, um ideólogo podia observar sua filosofia posta em prática, e a de Rosenberg teve consequências letais.

“Várias e várias vezes, sou tomado pela raiva ao pensar no que estes judeus parasitas fizeram à Alemanha”,¹¹ escreveu no diário em 1936. “Mas ao menos tenho uma gratificação: ter dado a minha contribuição para expor a traição.” Seus ideais legitimaram e racionalizaram o assassinato de milhões.

Em novembro de 1945, um Tribunal Militar Internacional extraordinário se reuniu em Nuremberg para julgar os crimes de guerra dos nazistas sobreviventes mais notórios — dentre eles Rosenberg. A acusação se baseou na grande quantidade de documentos alemães que os Aliados apreenderam

depois da guerra. Acusado de crimes de guerra por sua participação na Divisão de Jornais do Ministério de Propaganda, Hans Fritzsche contou a um psiquiatra da prisão que Rosenberg tivera um papel crítico na formação da filosofia de Hitler na década de 1920, antes da chegada dos nazistas ao poder. “Em minha opinião, ele teve uma influência tremenda sobre Hitler, quando este ainda pensava um pouco”, disse Fritzsche, que foi absolvido em Nuremberg e, mais tarde, condenado a oito anos de prisão por uma corte alemã de desnazificação. “A importância de Rosenberg está no fato de que suas ideias, que até então eram apenas teóricas, tornaram-se realidade nas mãos de Hitler [...] O trágico é que suas teorias absurdas foram realmente postas em prática.”

De certo modo, argumentou, Rosenberg era “o principal culpado dentre todos os que estão sentados no banco dos réus”.¹²

Em Nuremberg, Robert H. Jackson, o principal promotor dos EUA, denunciou Rosenberg como o “sacerdote intelectual da ‘raça superior’”.¹³ Os juízes consideraram-no culpado de crimes de guerra e, em 16 de outubro de 1946, na ponta de um laço, sua vida chegou ao fim no meio da noite.

Nas décadas seguintes, ao tentar compreender os métodos e as motivações do maior cataclismo do século, historiadores se debruçaram sobre milhões de documentos resgatados pelos Aliados no final da guerra. A documentação que sobreviveu era extensa — arquivos militares sigilosos, documentos diplomáticos, transcrições de conversas telefônicas, memorandos burocráticos apavorantes sobre os massacres. Quando os julgamentos terminaram, em 1949, os promotores americanos fecharam os escritórios, e os documentos alemães apreendidos foram enviados a uma antiga fábrica de torpedos à margem do rio Potomac, em Alexandria, na Virgínia. Lá, foram preparados para serem incorporados aos Arquivos Nacionais. Foram microfilmados e, mais tarde, a maior parte dos originais foi enviada de volta à Alemanha.

Mas algo ocorreu com o grosso do diário secreto de Rosenberg. Ele nunca chegou a Washington. Nunca foi transcrito, traduzido e estudado por completo pelos especialistas no Terceiro Reich.

Quatro anos depois de ser retirado da abóbada do palácio bávaro, o diário desapareceu.

ACHADO E PERDIDO

1949-2013

O cruzado

Quatro anos após o final da guerra, um promotor esperava a entrega dos veredictos na sala 600 da corte do Palácio de Justiça de Nuremberg. Seriam as últimas acusações contra os criminosos de guerra nazistas julgados pelos americanos, e Robert Kempner havia investido muito nos resultados.

Trabalhador belicoso, obstinado e incansável e com uma inclinação para a intriga, o advogado de 49 anos vivia com o queixo apontado para cima, como quem desafia os adversários — e ele tinha muitos — a darem o melhor de si. Embora não tivesse um físico chamativo e o cabelo raleasse no alto do seu 1,77 metro, sua personalidade levava as pessoas a tomarem partido. Dependendo do ponto de vista do oponente, ele podia ser carismático ou petulante, dedicado ou dogmático, um defensor das causas justas ou um bruto mesquinho.

Kempner passara cerca de vinte anos em guerra com os nazistas, os últimos quatro na sua cidade arruinada pela megalomania de Hitler e as bombas dos Aliados. Seu esforço era uma história pessoal singular e, ao mesmo tempo, uma narrativa universal: a luta pela vida, sua contribuição para o conflito mundial da época. No início da década de 1930, Kempner era um jovem administrador da polícia em Berlim e acreditava que a Alemanha

devia deter o projeto de terror de Hitler e seus seguidores. Poucos dias após a chegada do partido ao poder, em 1933, Kempner — judeu, liberal e opositor declarado — perdeu o emprego no governo. Depois de uma breve detenção e um interrogatório pela Gestapo, em 1935, fugiu para a Itália, depois para a França e, por fim, para os Estados Unidos, onde prosseguiu com sua campanha. Ele se aproveitou de uma biblioteca de documentos internos alemães e uma rede de informantes, ajudou o Departamento de Justiça a condenar propagandistas nazistas que operavam nos Estados Unidos e forneceu inteligência sobre o Terceiro Reich ao Departamento de Guerra, ao Escritório de Serviços Estratégicos e à Agência Federal de Investigação (FBI), de Edgar Hoover.

Depois, em um enredo arrancado das páginas de um roteiro hollywoodiano, voltou à sua terra natal e ajudou a julgar os mesmos homens que o demitiram do emprego, o perseguiram por seu sangue judeu, privaram-no da nacionalidade alemã e puseram-no a correr para salvar a própria vida.

Quando Göring, Rosenberg e outros nomes de peso do Reich derrotado foram condenados por crimes de guerra no famoso julgamento internacional, Kempner permaneceu em Nuremberg por conta de mais doze processos de americanos contra outros 177 colaboradores nazistas: médicos que haviam feito experimentos horripilantes com detentos em campos de concentração; administradores da SS que forçaram prisioneiros a trabalhar até morrer; diretores de companhias que se beneficiaram dos trabalhos forçados; líderes de esquadrões da morte que massacraram civis por toda a Europa do leste durante a guerra.

Pessoalmente, Kempner supervisionou o último e mais longo julgamento, o Caso 11, apelidado de Julgamento dos Ministérios porque a maior parte dos réus havia ocupado postos importantes em departamentos governamentais na Wilhelmstrasse, em Berlim. A figura mais proeminente no processo, o secretário de Relações Exteriores Ernst von Weizsäcker, tinha aberto caminho para a invasão da Tchecoslováquia e aprovara pessoalmente o transporte de mais de 6 mil judeus da França para o campo de concentração de Auschwitz. O culpado mais notório era Gottlob Berger, oficial de alta patente da SS que montara um notório esquadrão da morte

pela brutalidade. “É melhor atirar demais em dois poloneses”¹, escreveu ele certa vez sobre a unidade, “do que pouco em dois.” Os réus mais inquietantes eram os banqueiros, que não só haviam financiado a construção dos campos de concentração como acumularam toneladas e mais toneladas de obturações em ouro, joias e óculos roubados das vítimas dos campos de extermínio.

O julgamento se arrastava desde o fim de 1947 e agora, em 12 de abril de 1949, estava prestes a terminar.² Os três juízes americanos entraram na sala, subiram no estrado e começaram a ler a sentença em voz alta, que continha oitocentas páginas e a leitura durou três dias. Do lado oposto da sala, ladeados por policiais militares eretos que portavam capacetes prateados, os nazistas escutaram nos fones de ouvido os intérpretes traduzirem os veredictos para o alemão. Quando tudo acabou, dezenove dos 21 réus haviam sido condenados — cinco deles segundo a jurisprudência de Nuremberg de crimes contra a paz. Weizsäcker recebeu sete anos de prisão; Berger, 25; e os três banqueiros foram punidos com sentenças de cinco a dez anos.

Para a promotoria, tratava-se de uma grande vitória. Depois de vasculhar os documentos nazistas e interrogar centenas de testemunhas ao longo de quatro anos, eles haviam condenado os piores culpados à prisão. Mostraram ao mundo que a cumplicidade com o Holocausto fora ampla e profunda em todo o governo da Alemanha. Pintaram “o afresco criminoso completo” do Terceiro Reich,³ como descreveu Kempner, e reforçaram o lugar de Nuremberg na história como uma “fortaleza de fé na lei internacional”.⁴ Eles confirmaram os argumentos que defendiam a condenação contundente dos crimes de guerra.

Os veredictos foram a culminação da longa campanha de Kempner contra o Partido Nazista.

Ou, ao menos, deveriam tê-lo sido.

Em poucos anos, a promessa de Nuremberg estaria desfeita.

Todo esse tempo, os julgamentos tiveram detratores na Alemanha e nos Estados Unidos. No cerne dos processos, os críticos não viam justiça, mas vingança, e Kempner, uma personalidade áspera e um interrogador

claramente agressivo, tornou-se um símbolo do que enxergavam como injustiça. Um bom exemplo foi o duro interrogatório do ex-diplomata nazista Friedrich Gaus, quando Kempner ameaçou entregá-lo aos russos para ser julgado por possíveis crimes de guerra. Um colega promotor americano declarou que a tática de Kempner era “tola”, temendo que ele “fizesse mártires de criminosos comuns julgados em Nuremberg”.⁵ Outra testemunha interrogada por ele o definiu como “um homem muito parecido com a Gestapo”.⁶

Em 1948, Kempner travou um duro debate público com um bispo protestante, Theophil Wurm, a respeito da isenção dos julgamentos. Wurm escreveu-lhe uma carta aberta de protesto; Kempner respondeu sugerindo que os questionadores dos Julgamentos de Nuremberg eram, na verdade, “inimigos do povo germânico”. Quando a desavença saiu na imprensa, Kempner foi ridicularizado pelos jornais alemães, sendo caricaturado como um exilado judeu soberbo e empenhado em se vingar.⁷

Houve censura inclusive do senador americano Joseph McCarthy, cujos eleitores em Wisconsin incluíam um grande número de teuto-americanos. O senador se opôs ao julgamento de Weizsäcker, pois, segundo fontes que não citou, durante a guerra o nazista teria agido como um valioso agente duplo para os americanos. McCarthy afirmou que Nuremberg estava sendo um obstáculo à inteligência americana na Alemanha e, na primavera de 1949, declarou ao Comitê dos Serviços Armados do Senado que queria uma investigação sobre a “total imbecilidade” que cercava o julgamento de Weizsäcker.

“Penso que este comitê”, disse McCarthy, “deveria verificar que tipo de idiotas — e emprego o termo conscienciosamente — estão dirigindo a corte militar.”⁸

Ao final dos últimos julgamentos, as cortes militares de guerra americanas haviam sentenciado mais de mil nazistas à prisão. A maioria definhou na prisão de Landsberg, perto de Munique. Muitos alemães do oeste se recusavam a acatar a validade das cortes aliadas e viam os nazistas detidos não como criminosos de guerra, mas vítimas de um sistema legal injusto. A questão se tornou um ponto de discórdia importante depois que a Alemanha Ocidental elegeu seu primeiro chanceler, em 1949, em um

momento em que os Estados Unidos, apreensivos com os planos soviéticos para a Europa, se esforçavam para fazer do inimigo derrotado um aliado leal e remilitarizado.

A realidade da guerra fria jogou por terra rapidamente os logros dos promotores dos crimes de guerra.

Em 1951, após uma revisão das sentenças, o alto-comissário americano para a Alemanha libertou um terço dos condenados em Nuremberg e comutou quase todas as sentenças de morte, à exceção de cinco. No final do ano, todos os nazistas que Kempner tinha posto atrás das grades no Caso 11 estavam soltos. Embora as reduções tenham sido anunciadas como uma demonstração de clemência, os alemães ouviram uma mensagem diferente; os americanos enfim reconheciam que os julgamentos tinham sido injustos. Kempner atacou a decisão: “Hoje quero registrar, como uma advertência, que a abertura prematura dos portões de Landsberg vai soltar forças totalitárias subversivas contra a sociedade que colocarão o mundo livre em perigo.”⁹

Seu alerta, no entanto, foi ignorado. Os líderes americanos cederam ao pragmatismo político, e em 1958 quase todos os criminosos de guerra estavam soltos.¹⁰

A luta de Kempner estava longe de terminar. Ele passara quatro anos imerso nas provas documentais dos crimes nazistas, e sabia que mesmo após os julgamentos, conduzidos sob os holofotes da imprensa internacional, o mundo ainda não conhecia a verdade completa.

Furioso com as histórias revisionistas quando os sobreviventes do Terceiro Reich tentaram reciclar a história alemã sob os nazistas, ele recorreu à imprensa para revidar. “Com uma nostalgia mais ou menos franca”, escreveu no *New York Herald Tribune*, “muitos escritores políticos alemães estão dizendo que a Alemanha estaria bem se Der Führer não tivesse passado um pouco dos limites.”¹¹ Ele não toleraria aquilo. Lamentou as fotos angelicais de Hitler na imprensa de direita, as sugestões militaristas de que os generais poderiam ter salvado a Alemanha da ignomínia se o ditador não tivesse se imiscuído no campo de batalha, esforçando-se para suavizar os diplomatas nazistas.

Ele exigiu a publicação, na Alemanha, dos fatos que haviam vindo à tona em Nuremberg. “É o único modo de combater o envenenamento sistemático da mente germânica, que ocorre debaixo do nariz da jovem república alemã.”

Contudo, pouco antes de escrever aquelas palavras, o promotor havia feito algo contrário àquele espírito de franqueza. Depois de Nuremberg, Kempner levou para casa importantes documentos originais confiscados — e, se houvesse cópias, ninguém sabia mais onde estavam.

Como promotor, Kempner podia requisitar os documentos que quisesse para preparar sua argumentação. Em mais de uma ocasião houve questionamentos sobre o modo como ele lidava com eles. Em 11 de setembro de 1946, o chefe da Divisão de Documentos escreveu em um memorando que o escritório de Kempner levava cinco documentos emprestados e não os devolvera.¹² “Devo acrescentar que esta não é de modo algum a primeira ocasião em que esta Divisão enfrenta problemas consideráveis para convencer o dr. Kempner a devolver livros e documentos à biblioteca.”

Em 1947, Kempner ficou conhecido na equipe da promotoria americana pela forma como tratou o documento sobrevivente mais famoso sobre o Holocausto. Pouco depois de regressar a Nuremberg para a segunda rodada de julgamentos, ele mandou que sua equipe pesquisasse documentos do Ministério do Exterior alemão que haviam sido resgatados de um esconderijo nas montanhas Harz e levados a Berlim. Certo dia, um assistente encontrou um documento de quinze páginas. “As seguintes pessoas”, dizia, “participaram da discussão sobre a solução final da questão judaica, que ocorreu em Berlim, em Grossen Wannsee, nº 56/58, em 20 de janeiro de 1942.” Tratava-se do Protocolo de Wannsee,¹³ que descrevia uma reunião organizada por Reinhard Heydrich — chefe do Escritório de Segurança do Reich, comandado por Himmler — para discutir a “evacuação” dos judeus da Europa.

Alguns meses após a descoberta do documento, Benjamin Ferencz, um promotor americano, estava sentado à escrivaninha quando Charles LaFollette entrou intempestivamente em seu escritório. “Vou matar aquele filho da puta!”, gritou. LaFollette era promotor em outro caso de Nuremberg

contra advogados e juízes nazistas. Ele tinha ouvido falar do Protocolo de Wannsee, mas Kempner não lhe entregava o documento. Havia competição entre os vários promotores em Nuremberg, e ele supostamente queria exibir o documento explosivo no caso que estava preparando.

Ferencz foi ao escritório de Kempner para interceder. Este negou que estivesse sonhando documentos. Ferencz manteve a pressão. Por fim, depois de muita alteração, Kempner abriu uma gaveta da escrivaninha e perguntou candidamente: “Será disso que estamos falando?”

LaFollette imediatamente percebeu o quão importante aquele documento era para o seu caso: o Ministério de Justiça do Reich enviara um representante àquela reunião crucial. Ele imediatamente informou o incidente a Telford Taylor, promotor principal dos julgamentos, exigindo a “demissão daquele canalha!” Ferencz saiu em defesa de Kempner. Afirmou a Taylor que o caso dos ministérios certamente cairia por terra caso Kempner fosse banido de Nuremberg e, além disso, ele havia engavetado o documento inadvertidamente.

“Coisa em que ninguém acreditou”,¹⁴ escreveu ele anos mais tarde em uma carta a Kempner. De qualquer modo, Taylor apoiou seu promotor dos ministérios.

Kempner não foi o único em Nuremberg a levar documentos nazistas originais para uso privado. Desde o fim da guerra, os arquivos confiscados passaram por centros de documentação militar e foram enviados a Paris, Londres e Washington para serem examinados por unidades de inteligência e levados a Nuremberg para os julgamentos de crimes de guerra. Enquanto eram transportados pela Europa, caçadores de suvenires tiveram diversas oportunidades de roubar algo em papel timbrado assinado por alguém importante sob o lema universal do partido: “*Heil Hitler!*” Os responsáveis pela salvaguarda dos arquivos se preocupavam particularmente com a equipe da promotoria em Nuremberg. Temiam que os que requisitavam arquivos fossem “mais influenciados por instintos jornalísticos individuais do que pelo desejo de fazer avançar a causa da justiça”,¹⁵ como escreveu um oficial do exército em um memorando. Outro observador concluiu que a Divisão de Documentação em Nuremberg fazia pouco para acompanhar a trajetória dos documentos.

Um documento-chave que desapareceu foi um memorando do adjunto militar de Hitler, Friedrich Hossbach, mostrando que já em 1937 o Führer planejava conquistar a Europa; durante o julgamento, os promotores tiveram de se basear em uma cópia autenticada. Indagado sobre o memorando por um historiador que supervisionava a publicação de documentos alemães apreendidos depois da guerra, Kempner recordou-se de tê-lo visto e sugeriu “que algum caçador de suvenires pode ter levado o original”. Em setembro de 1946, os administradores de um dos centros militares de documentação pararam de enviar originais às equipes de promotoria em Nuremberg, temendo nunca receber de volta as mil peças documentais que já haviam emprestado.

Durante os julgamentos, o Palácio de Justiça de Nuremberg foi inundado de documentos.¹⁶ Um levantamento concluído em abril de 1948 apontou mais de 64 mil m³ de “arquivos administrativos, negativos e comunicados de imprensa, uma filmoteca, fitas com gravações de processos judiciais, fitas com gravações de relatórios sobre interrogatórios, fotostáticas, cópias de documentos, fichários de documentos, resumos de julgamentos, arquivos de prisioneiros, arquivos de interrogatórios, resumos de arquivos de interrogatórios, transcrições de todos os processos judiciais e de análises de provas”.

Havia tanta coisa que os funcionários temiam que documentos originais fossem inadvertidamente jogados no lixo. Como Kempner escreveu mais tarde em suas memórias, era “uma tremenda barafunda” — e ele se aproveitou de todo esse caos.

Declarou que temia que documentos potencialmente bombásticos não fossem corretamente arquivados, portanto se encarregara de garantir que fossem bem-empregados. Em suas memórias, ele reconheceu que quando algum pesquisador “interessado e esperto” o procurava durante os julgamentos em busca de documentos importantes, ele simplesmente deixava os arquivos na poltrona do escritório e saía porta afora, dizendo: “Não quero saber de nada.”¹⁷

Era melhor ter um “bem historicamente valioso” nas mãos de um associado de confiança que informasse sobre o seu conteúdo, pensava, do que nas mãos de burocratas do governo que poderiam, ou não, deixar que fosse destruído.

Supostamente, todos os documentos alemães originais apreendidos deveriam ser devolvidos aos centros militares após os julgamentos, mas Kempner queria usar os que havia reunido para escrever artigos e livros sobre a era nazista. Em 8 de abril de 1949, dias antes de os veredictos serem divulgados no Julgamento dos Ministérios, o promotor obteve uma carta de um parágrafo de Fred Niebergall, diretor da Divisão de Documentos da equipe da promotoria: “O subscritor autoriza o dr. Robert M. W. Kempner, Chefe do Conselho e Procurador Principal, Divisão de Ministérios Políticos, a retirar e guardar materiais não confidenciais pertencentes aos julgamentos de crimes de guerra em Nuremberg, Alemanha, com fins de pesquisa, escrita, docência e estudos.”¹⁸ Tratava-se de um memorando incomum. Mais tarde, um advogado que trabalhara na inteligência militar expressou sérias dúvidas de que um homem na posição de Niebergall tivesse assinado aquilo.

Naquele mesmo dia, Kempner enviou uma carta à editora E. P. Dutton, em Nova York, com a sinopse de um livro baseado tanto em seus interrogatórios em Nuremberg quanto em documentos do Ministério do Exterior alemão, cujo título provisório seria *Hitler e seus diplomatas*.¹⁹ Ele propôs o livro para janeiro, e um editor da Dutton demonstrou interesse e pediu mais detalhes.

Mais tarde soube-se que o livro era apenas uma das ideias para publicações que Kempner tivera em 1949.

Décadas depois, em suas memórias, ele apresentou suas razões para retirar documentos de Nuremberg. “Uma coisa eu sabia. Se quisesse escrever sobre algo e tivesse de buscar os arquivos, embora recebesse respostas amáveis, eles não conseguiriam encontrar parte do material. Mas eu tinha os meus documentos.”²⁰

Era uma justificativa fraca. O que Kempner realmente queria era contar com uma vantagem significativa sobre outros escritores que estavam documentando a era nazista: exclusividade.

Com a permissão em mãos, Kempner empacotou seus papéis de Nuremberg e — com o que havia acumulado durante o tempo em que foi promotor na cidade — enviou-os para o outro lado do Atlântico, à sua

casa na Filadélfia. O pacote chegou à estação Lansdowne da ferrovia da Pensilvânia em 4 de novembro de 1949: vinte e nove caixas pesando mais de 3,6 toneladas.²¹

Hitler e seus diplomatas nunca ficou pronto. Parece que Kempner se desviou do tema. Em vez disso, encontrou outro modo de buscar justiça pelos erros do Terceiro Reich. Abriu um escritório de advocacia em Frankfurt e, entre outros trabalhos jurídicos, encarregou-se de casos de vítimas do nazismo que buscavam ressarcimento.²² Entre eles, defendeu Erich Maria Remarque, cujo romance best-seller sobre a Primeira Guerra Mundial, *Nada de novo no front*, fora banido e incinerado pelos nazistas. Advogou também para Emil Gumbel, um célebre professor de matemática da Universidade de Heildelberg que fora demitido devido à sua postura pacifista, além de judeus, católicos e membros da resistência. Aquela se tornou uma linha de trabalho lucrativa.

Uma década depois do final de Nuremberg, os criminosos de guerra nazistas voltaram a ser processados. Em 1958, um julgamento na Alemanha Ocidental chamou novamente a atenção para as atrocidades que os alemães pensavam ter deixado para trás. Dez nazistas foram condenados pelo assassinato de mais de 5 mil judeus lituanos durante a guerra. O caso incitou ministros de Justiça alemães — temerosos de que muitos criminosos tivessem escapado à punição após a guerra — a criarem um Escritório Central para a Investigação dos Crimes do Nazismo, em Ludwigsburg.

Ao mesmo tempo, fora da Alemanha, promotores levaram casos notórios aos tribunais. Em 1961 Kempner voltou à ribalta internacional quando voou a Jerusalém para testemunhar no julgamento de Adolf Eichmann, o homem que administrara a deportação de judeus por toda a Europa. Kempner foi advogado de parentes de vítimas em uma série de julgamentos de destaque durante a década. Defendeu o pai de Anne Frank e a irmã da freira carmelita Edith Stein em um caso contra três oficiais da SS, acusados de exterminar milhares de judeus holandeses. Representou a viúva de um jornalista pacifista assassinado pela milícia nazista em 1933. No julgamento de um comandante da Gestapo, Otto Bovensiepen, falou por 30 mil judeus berlinenses cuja deportação para o leste havia sido orquestrada pelo réu.

Kempner capitalizou com a retomada da atenção sobre os crimes nazistas e escreveu para audiências alemãs uma série de livros sobre estes e outros casos proeminentes.²³ Publicou também trechos dos interrogatórios que conduziu em Nuremberg e, em 1983, suas memórias, *Angläger einer Epoche* [Promotor de uma era]. Embora tenha se naturalizado americano em 1945, seus livros não foram publicados em inglês, e ele sempre foi mais conhecido em sua terra natal.

Quatro décadas após Nuremberg, ele continuava na ativa. Quando o Deutsche Bank comprou o conglomerado industrial Flick, Kempner conseguiu que a companhia pagasse mais de US\$2 milhões em reparações a 1,3 mil judeus que durante a guerra haviam trabalhado como escravos em fábricas de munições de uma subsidiária da Flick.

A batalha contra os nazistas definiu Kempner. Ele obstinadamente se recusou a deixar que o mundo se esquecesse do que os criminosos haviam feito. Quando lhe diziam que um ex-nazista não parecia ser má pessoa, ele abria os seus arquivos para provar o contrário.

“Literalmente milhares de assassinos ainda estão andando pelas ruas da Alemanha e do mundo”, afirmou ele certa vez a um repórter. “Quantos criminosos nazistas continuam soltos? Julgue por si mesmo.” Apesar de todos os julgamentos que se seguiram à guerra, apenas alguns milhares de alemães foram processados por assassinatos. “Você pode me dizer como umas 2 mil pessoas conseguiram matar 6 milhões? Isso é matematicamente impossível.”²⁴

Trinta, quarenta, cinquenta anos após a era nazista, ele se recusava a ceder. Levou a luta até o final da vida.

Mesmo viajando entre os Estados Unidos e a Europa para manter seus negócios advocatícios internacionais, Kempner conseguia administrar uma vida doméstica complicada. Embora o escritório de advocacia estivesse em Frankfurt, ele agora era um cidadão americano, e seu domicílio principal ficava em Lansdowne, na Pensilvânia, onde se estabelecera durante a guerra. Lá, vivia com a segunda esposa, Ruth, assistente social e escritora; com a sogra anciã, Marie-Luise Hahn; além da secretária, Margot Lipton;²⁵ e, durante a década de 1950, o filho André.

Os Kempner tinham um segredo: a mãe do garoto não era Ruth Kempner — como eles diziam a todos —, mas Margot Lipton. Robert Kempner e a secretária tinham um caso desde 1938.

André foi criado pensando que era filho adotivo. Nos registros escolares, Ruth Kempner figura como sua mãe. Era mais fácil assim. “Mais fácil”, disse Lipton, “para o dr. Kempner.”²⁶ André e o irmão mais velho — Lucian, filho do primeiro casamento — só saberiam da verdade muitos anos depois. Não que não suspeitassem de algo. No casamento de André, na Suécia, todos se admiraram com a semelhança entre Lipton e o noivo.

Os filhos de Kempner eram por demais respeitosos para fazer perguntas. “Eu simplesmente aceitava o que meu pai dizia”, explicou Lucian, “e além disso não era da minha conta.”²⁷

Independentemente do que soubesse, André cresceu adorando o pai. Depois de se mudar para a Suécia com a mulher para cuidar de uma fazenda, aos 29 anos, enviava cartas regularmente com uma caligrafia meticulosa. “Quero lhe agradecer, papai, por ter sido um pai maravilhoso para nós”, escreveu ele depois de uma visita de Kempner e Lipton. “Não é fácil dizer isso quando estou com você, mas espero que nunca subestime o amor e o apreço que tenho por você e pelo seu trabalho.”²⁸

A partir da década de 1970, Kempner passou a viver na Europa permanentemente, dividindo-se entre Frankfurt, na Alemanha, e Locarno, na Suíça. Em 1975, ele teve um ataque cardíaco — pouco depois de um grupo de neonazistas organizar um protesto diante do seu escritório — e ficou muito fragilizado para cruzar o oceano. Ruth Kempton e Lipton, que ainda viviam na Pensilvânia, passavam semanas visitando-o, mas além delas o advogado começou a depender de outra mulher dedicada.

Jane Lester era uma americana criada em Brockport, em Nova York, a 96 quilômetros das cataratas do Niágara. Em 1937, ela acompanhou uma colega de escola à Alemanha, onde ensinou inglês a candidatos à emigração. Anos depois admitiu sua ingenuidade: ela não tinha ideia do que Hitler estava fazendo com os seus inimigos. Dormiu profundamente durante a *Kristallnacht*, quando os nazistas destruíram sinagogas e lojas de judeus por toda a Alemanha, em 1938. No dia seguinte, não entendeu por que os estudantes do curso de idiomas não apareceram. Acabou deixando a

Alemanha, trabalhou em uma agência de valores em Buffalo e depois se tornou datilógrafa em Washington — “uma garota do governo”, explicou — na Agência de Assuntos Estratégicos.

Certo dia, em 1945, Lester leu no *Washington Post* que precisariam de tradutores nos tribunais de crimes de guerra em Nuremberg, e foi ao Pentágono se candidatar ao trabalho. Pouco depois voltou à Alemanha.

Ela conhecia Kempner por sua reputação; viu-o jantando no Grand Hotel de Nuremberg, onde praticamente todos os envolvidos nos julgamentos se hospedavam todas as noites. Por fim se conheceram em 1947, quando ele estava contratando pessoal para os julgamentos posteriores. Ela se tornou sua assistente e diversas vezes esteve presente durante os interrogatórios, o que parecia alarmar os réus. “Eles não entendiam a minha presença”, contou. “Havia o rumor de que eu era psicóloga.” Em auxílio aos promotores americanos, Lester também teve a honra de traduzir o Protocolo de Wannsee para o inglês.

Depois da guerra ela trabalhou para a inteligência americana em Camp King, em Oberursel, fora de Frankfurt. Mas passava a noite com Kempner, que precisava de ajuda para traduzir a correspondência e gerenciar o escritório. Eles formaram uma parceria que se estenderia pelas quatro décadas seguintes.

“Nos últimos vinte anos da vida de Robert Kempner nunca me afastei dele, dia e noite”, contou. “Fui sua enfermeira, motorista e secretária.” Ela não contou, mas também foi sua amante.

Kempner e as três mulheres em sua vida permaneceram próximos até o fim.

Como Lucian explicou anos depois: “Era uma família grande e feliz.”

Ruth, a esposa de Kempner, morreu em 1982. No final da vida, ele se mudou para um hotel fora de Frankfurt, onde dormia em um quarto anexo ao de Lester, de porta aberta. Assim, ela estaria disponível se algo acontecesse com Kempner no meio da noite. Robert e Lucian Kempner se falavam quase diariamente, e, como o pai não ouvia bem ao telefone, Lester ouvia a conversa e repetia para ele o que não tinha entendido.

Kempner morreu em 15 de agosto de 1993, aos 93 anos. Naquela semana, Lipton tinha vindo da Pensilvânia para estar com ele.

“Ele morreu nos meus braços”, contou Lester. “Ficamos sentadas lá, uma de cada lado, em seu leito de morte.” Quando o médico chegou e o declarou morto, “estávamos em um estado terrível de horror, dor e descrédito”.²⁹

Elas telefonaram para Lucian, que foi de carro de Munique com a esposa e se encarregou de tudo.

Não seria um assunto simples. Kempner guardara tudo durante uma vida de pesquisa, escritos e viagens. Pinturas, móveis, milhares de livros e pilhas de documentos se acumulavam em suas propriedades em Frankfurt e Lansdowne, na Filadélfia. Ele havia preservado uma infinidade de arquivos com documentos pessoais, profissionais e legais: passaportes antigos, cadernetas de endereços, cadernos de exercícios da infância, passagens de trem usadas, faturas, cartas antigas, fotografias.

Lester encontrou o testamento de Kempner enfiado em uma mala no seu quarto de hotel. Tratava-se de uma página escrita à mão com marcador preto grosso, quase ilegível. Segundo o documento, ele deixava tudo para os dois filhos, Lucian e André.

Mas havia uma armadilha.